

Notas sobre política cultural no Brasil*

Mario Brockmann Machado

Introdução

Dentro do amplo tema deste seminário - Estado e Cultura no Brasil - pretendo identificar, de maneira sumária, alguns problemas concretos de política cultural que, neste início da década de 80, estariam a merecer maior atenção e debate.¹ Não vou, portanto, tratar diretamente nem da dimensão histórica, nem dos aspectos teóricos daquele tema mais geral (o que desde logo me exige de ter definir o conceito de cultura...). E isto não apenas porque esses assuntos foram

* "Notas sobre política cultural no Brasil". In: Sergio Miceli, org., Estado e Cultura no Brasil, São Paulo, Difel - Difusão Editorial, 1984.

¹ O que se segue não é um artigo no sentido pleno da palavra, mas a reconstituição da comunicação oral apresentada ao seminário. Na revisão, cuidei apenas de aspectos formais, sem alterar as idéias então apresentadas, às quais foram acrescentadas as presentes notas.

abordados por vários participantes que me antecederam, mas também porque sobre eles escrevi em outra ocasião.²

Meu objetivo, assim, é mais preciso: a identificação de uma agenda para debates políticos e pesquisas acadêmicas sobre política cultural.

Baixa visibilidade

A simples enunciação do objetivo destas notas já introduz o meu primeiro comentário: é realmente muito reduzida a atenção dada por políticos em geral e cientistas sociais às políticas públicas da área cultural, sejam elas oriundas de órgãos federais, estaduais ou municipais.

No âmbito das Ciências Sociais, raras são as pesquisas sobre o assunto, cabendo destacar a de Sergio Miceli e Maria do Carmo Campelo de Souza sobre a atuação do Ministério da Educação e Cultura, da qual resultou comunicação aqui apresentada, e as realizadas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Fundação Nacional de Arte. Essa carência, possivelmente, é um reflexo do pouco desenvolvimento, que ainda existe entre nós, dos estudos empíricos de políticas públicas em geral, com a exceção, obviamente da maior importância, dos estudos sobre políticas econômicas (embora geralmente realizados pelos próprios economistas, e não por sociólogos, antropólogos e cientistas políticos).

Também no âmbito da vida política, e apesar de estarmos às vésperas das eleições de 15 de novembro, raríssimos são os candidatos que têm algo a dizer sobre o assunto. E quando o fazem, é sempre em nível bastante acentuado de generalidade e falta de informação adequada.

Evidentemente, é compreensível que a política cultural não ocupe lugar de destaque na agenda pública de uma sociedade que enfrenta ainda muitos problemas fundamentais de organização democrática. Não se trata, portanto, de apontar a baixa visibilidade do assunto

² Ver, por exemplo, "Ideologia, Socialização Política e Dominação". *Dados*, 23, 2 (1980), p. 131-49.

como uma simples crítica, mas como constatação da necessidade de ações corretivas no sentido de retirar a política cultural do relativo limbo em que se encontra, e trazê-la para o debate político e acadêmico. E era exatamente esta a preocupação que os organizadores deste seminário tinham em mente quando resolvemos promovê-lo. A nossa expectativa é que o interesse pelo tema venha a aumentar muito em breve, e que outras iniciativas possam somar-se a esta.

Autonomia da área

Meu segundo comentário, já agora abordando diretamente o assunto, é que não me parece adequado falar sobre a existência de uma política cultural no País, hoje em dia, da mesma maneira como, por exemplo, se fala da existência de uma política econômica, com suas características de comando centralizado, metas definidas e aferição de resultados. Melhor seria, na verdade, falar sobre a existência de políticas culturais.

Essas políticas públicas são implementadas por órgãos os mais variados, que mantêm poucas relações entre si. Nem todos os órgãos federais que atuam na área, por exemplo, estão no Ministério da Educação e Cultura, e nem todos os órgãos culturais desse ministério estão em sua Secretaria da Cultura. E isto sem falar dos órgãos estaduais e municipais, alguns dos quais - como os do Estado e da cidade de São Paulo - têm orçamentos bem maiores do que os seus similares federais. Aliás, a pobreza dos orçamentos destinados à área cultural é mais um componente desse quadro, que bem revela a baixa prioridade da política cultural nos planos governamentais da União e da quase totalidade dos Estados. Some-se a isso, também, o fato de inexistirem diretrizes claras sobre os limites da intervenção do Estado na área cultural, o fato de inexistir uma ideologia, democraticamente aceitável, que possa legitimar e orientar essas ações, o que provoca, em muitos casos, ou um confronto aberto de posições radicalmente antagônicas levando à paralisia decisória, ou certa tendência a evitar projetos mais ousados e a privilegiar grande número de pequenas ações, que, se não ajudam muito o desenvolvimento cultural, também não prejudicam demais...

Disto resulta uma atuação das agências de fomento da área cultural com duas características fundamentais. Em primeiro lugar, essa atuação é clientelística, pois se restringe a atender, de maneira geralmente passiva (donde a ausência de dirigismo), as demandas da clientela própria da área artística em geral. O objetivo dessas demandas é sempre o mesmo: recursos financeiros para um determinado projeto cultural. Em recente artigo, adequadamente intitulado "Artista precisa é de dinheiro", o cineasta Arnaldo Jabor citava a opinião de Orson Welles sobre a matéria-prima dos cineastas: "De l'argent, monsieur, de l'argent".³

Mas se a demanda é sempre a mesma, a clientela é no entanto bastante variada: órgãos públicos os mais diversos, fundações culturais, associações de bairro, organizações profissionais, artistas, produtores, diretores, etc. E essa multiplicidade de clientes acaba fazendo com que a atuação dessas agências, por força da distribuição fragmentária de recursos, assumam uma acentuada natureza pluralista. De fato, a crítica de "sectarismo" não é formulada contra essas agências, que normalmente gozam de apoio sensível nas suas respectivas clientelas.

A segunda característica fundamental dessas agências, além de seu clientelismo pluralista, é o seu caráter assistencial: elas tendem a apoiar atividades que, por várias razões, encontram grandes dificuldades para sobreviver no mercado da indústria cultural. É o caso, por exemplo, do teatro, da ópera, da dança, do circo, da música de concerto, de algumas manifestações das artes plásticas, e do chamado "folclore" em geral. Aliás, essa atividade

³ Quais as medidas concretas que poderiam ser propostas para reforçar os orçamentos públicos da área? E como encaminhar a questão do relacionamento das agências de fomento com as empresas públicas e privadas que desejam promover-se na área?

assistencial não é própria apenas do caso brasileiro, pois a literatura existente a evidencia como sendo universal, independentemente do tipo de sistema econômico da sociedade.⁴

É preciso destacar, ainda, que a ausência de uma política cultural definida por parte do Estado, e de uma estrutura organizacional hierárquica, gerou uma autonomia bastante ampla para essas agências, autonomia que foi ainda mais acentuada pelo fato de alguns setores da sociedade as terem adequadamente percebido como "agências de socialização política" ou "aparelhos ideológicos do Estado" e, pois, como arenas políticas, como espaços a serem democratizados. Da multiplicidade de atores assim envolvidos no processo de decisão dessas agências, resultou um insumo constante de novas idéias, muitas das quais deram origem a um número expressivo de programas e projetos culturais de inegável qualidade. Apesar dos inevitáveis "acidentes de percurso" da difícil fase política atualmente vivida no país, o fato é que o saldo da ação dessas agências, a julgar pela própria opinião de seus muitos beneficiários, e da imprensa em geral, é nada desprezível. Diria mesmo que é positivo.

Indústria cultural

Eu me referi acima à inexistência de uma política cultural explícita no Estado hoje em dia, uma política que integrasse organicamente as diversas ações executadas pelas agências de fomento da área. Não só não percebo a existência de uma tal política, como também não acredito que ela venha a ser formulada no futuro próximo - pelas mesmas razões já expostas. Ao que tudo indica, aquelas ações continuarão a ser diversificadas, clientelísticas, pluralistas e assistenciais. O que possivelmente se verificará a curto prazo em alguns Estados, em decorrência de resultados eleitorais previsíveis, será uma mudança na composição da clientela preferencial das agências, na justa medida em que suas ações

⁴ Quais os mecanismos de interação que poderiam existir entre agências de fomento e sindicatos com o objetivo de fortalecer as reivindicações dos artistas nacionais? E qual o papel das agências de fomento no que diz respeito à questão do direito autoral?

passem a privilegiar demandas de camadas menos favorecidas da população. Tal correção é certamente necessária, e a meu ver inevitável.

Mas a inexistência de uma política orgânica substantiva na área da cultura não significa que não exista no país um projeto cultural em execução. Esse projeto existe, é o projeto do mercado, é a indústria cultural. Não é um projeto engendrado e implementado pelo Estado, mas sim por empresas privadas, sendo por ele consentido. E não sem poucos conflitos: conflitos entre produtores de espetáculos artísticos e a censura; entre empresas nacionais e multinacionais na área do cinema; entre instituições privadas e órgãos públicos no campo da preservação do chamado patrimônio histórico nacional; etc.

Tendo em vista o rápido crescimento da indústria cultural, é possível que a questão da sua regulação pelo Estado venha a transformar-se em tema de debate público nos próximos anos. A questão é delicada. De um lado, existe o temor, compartilhado por todos, de que uma política cultural que vá além da prática hoje em execução possa pôr em perigo a liberdade de criação, possa deixar de fomentar e passar a dirigir o processo cultural. De outro lado, a ausência de ações estatais tendentes a regular o mercado, permitindo assim o seu arbítrio completo no que diz respeito à produção, circulação e consumo de bens culturais, acarretaria a reprodução das grandes desigualdades que caracterizam esse mesmo mercado. É que se aplica à distribuição da riqueza cultural o mesmo raciocínio aplicável à distribuição da riqueza material: ou bem existe uma vontade política de alertar o processo, ou este, entregue à sua própria lógica, não resolverá o problema nem na rapidez nem na profundidade necessárias a uma sociedade que se quer democrática.

O argumento é ponderável dos dois lados, e é evidente que a solução não dependerá do esforço de introspecção dos dirigentes das agências públicas da área cultural. O problema, não sendo individual, mas político, só se resolverá democraticamente através de amplo e livre debate de todos os interessados. O certo é que qualquer reorientação de profundidade na atuação das agências de fomento da área da cultura terá necessariamente de passar por essa questão fundamental: como posicionar-se ante uma sociedade crescentemente de massa e dotada de uma forte indústria cultural, sem querer competir isoladamente com

essa indústria (sob pena de fracasso, como exemplificado pelas televisões educativas), e sem recusar a sua realidade, voltando-se para o passado na busca idealizada de um patrimônio histórico e artístico "nacional".

Conservar ou criar?

Quando digo que não percebo a existência de uma política cultural orgânica, não estou sugerindo que tentativas nesse sentido não tenham ocorrido, estou afirmando que elas não conseguiram vingar e consolidar-se.

A mais importante dessas tentativas é a que pretende formular uma política cultural centrada na defesa do chamado "patrimônio histórico e artístico nacional", uma política cultural que procure recuperar e conservar o passado, sendo, portanto, literalmente conservadora.

Em que pese à existência de divergências sobre o alcance do conceito de patrimônio entre os seus idealizadores, algumas idéias básicas são constantes no discurso dessa vertente, a saber: Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Memória Nacional, Cultura Nacional e Identidade Nacional.

Ora, uma análise semântica desse discurso, com um mínimo de senso crítico, inevitavelmente indagará: que história, que memória, que cultura e que identidade são essas que recebem o adjetivo de nacional? Serão da nação como um todo, ou apenas de suas elites, de seus setores dominantes, dos vencedores de sua história? A simples verificação dos registros dos tombamentos de bens culturais realizados pelo Estado evidencia, sem dúvida, que a resposta a essas indagações favorece a noção restritiva de nação, salvo raríssimas exceções.⁵

⁵ Como equacionar a questão da ação nacional em nível geográfico das agências de fomento? Como equilibrar a pressão do eixo Rio-São Paulo pela distribuição de recursos, já que aí se encontram os grupos mais organizados e ativos, as demandas mais articuladas e fortes, a maior cobertura da imprensa, e maior repercussão política dos projetos culturais? Como favorecer as demais regiões do país?

É bem verdade que algumas medidas de renovação e arejamento desse projeto de política cultural foram ensaiadas, neste início da década de 80, no âmbito da Secretaria da Cultura do MEC. Foi o período de Aloísio Magalhães, e é de justiça que se destaque o esforço então realizado de recuperação do conceito mais amplo de patrimônio nacional originalmente formulado por Mário de Andrade.⁶ No entanto, essa experiência inovadora teve curta duração, não sendo possível saber se tais tentativas deixarão o nível do discurso e passarão efetivamente a informar, de maneira permanente, a prática do tombamento de bens históricos e artísticos.

O certo, de qualquer forma, é que não se pode mais permitir um retorno ao conceito restritivo de memória nacional. Esse conceito precisa ser ampliado em definitivo, para incorporar a memória dos dominados, a cultura popular, a história dos vencidos e esquecidos, mas não pelo motivo grotesco de se querer enriquecer o acervo daquilo que Roberto Schwarz chamou aqui de o "museu socialista dos horrores do desenvolvimento capitalista", e sim pelo efeito didático que essa prática acarretaria no plano político e ético, a gerar confrontos e superações.

Pluralidade cultural

De qualquer maneira, com a permanência do processo de abertura, tenho para mim que uma política cultural centrada no conceito de patrimônio histórico tenderia a esgotar-se rapidamente. É que a clientela da outra vertente, a da criação do bem cultural (cinema, teatro, música popular, etc.), é muito mais dinâmica, organizada e politicamente ativa, razão pela qual suas demandas terão maior peso no processo de decisão sobre a alocação de recursos das agências que atuam na área cultural.

⁶ Como equacionar a questão da ação nacional das agências de fomento em nível socioeconômico? O que fazer com os projetos elitistas de alto custo, como os de ópera? Como apoiar, sem dirigir, as manifestações artísticas da população de baixa renda das periferias urbanas e da zona rural? Como evitar a tentação de levar pacotes culturais pré-fabricados a essas populações?

Não acredito, assim, que o objetivo principal de uma política cultural deva e possa ser a conservação do passado mas, sim, a ampliação do espaço da criação no presente, o alargamento dos canais de acesso aos processos de produção, circulação e consumo de bens culturais.

Da mesma forma é preciso respeitar e promover não a visão idealizada de uma suposta identidade cultural (por vezes ingênua, por vezes intencional, mas sempre politicamente instrumental), mas sim a pluralidade cultural enraizada na grande diversidade social, regional e ética do país.

Por certo que a formulação e implementação de uma tal política cultural democrática está intimamente dependente, para ser estável, do grau de sucesso do processo de abertura em andamento. Mas não só disto. Ela depende, também, de que a questão da política cultural seja explicitamente incluída na agenda do processo de abertura, o que não ocorreu até agora - exceção feita à crítica da censura, isto é, a face negativa da política cultural, que de resto está fora do âmbito de atuação das agências de fomento da área.

Mas também não só disso, pois ela dependerá ainda do equacionamento de problemas muito concretos referentes à formulação e implementação de políticas culturais, vindo o termo no plural porque não é só no nível federal que o problema se coloca: o que farão nesse sentido os partidos de oposição que venham a vencer eleições estaduais e municipais a 15 de novembro? É com a listagem de vários desses problemas concretos de política cultural que desejo finalizar esta comunicação.

Agenda para debates

Muitas são as questões que podem e devem ser incluídas em uma agenda de debates sobre política cultural. A listagem que se segue, somada à discussão anterior, é ampla e

representativa, mas não exaustiva.⁷ Além disso, essas questões são complexas e mereceriam tratamento cuidadoso, o que não pode ser feito no âmbito de uma rápida comunicação. Aqui, elas serão apresentadas, telegraficamente, de forma ainda mais sumária do que as anteriores, na esperança de que possam despertar interesse e discussão, neste seminário e em outras situações.

1. Quais as vantagens e desvantagens da eventual criação de um Ministério da Cultura? Aparentemente, o objetivo da criação de um tal ministério seria o de dar maior destaque à área da cultura, retirando-a do MEC, que se ocupa prioritariamente da área da educação. Talvez aumentasse assim o poder de barganha por melhores orçamentos públicos para a área, e se viabilizassem políticas mais profundas e de longo alcance. Inversamente, no entanto, aumentaria também o risco de dirigismo e burocratização. A experiência parece demonstrar, tanto nessa área como na de ciência e tecnologia (CAPES, CNPq, FINEP), que uma relativa fragmentação das agências de fomento é bastante benéfica para a viabilização de políticas pluralistas. Várias portas de acesso, em vez de uma única, aumentam a liberdade de escolha e as chances de sobrevivência da clientela beneficiária.
2. Quais poderiam ser as melhores formas permanentes de participação/representação dos setores interessados da sociedade no processo decisório da política cultural, tanto no que diz respeito à sua formulação e implementação quanto no que se refere à avaliação de seus resultados?

⁷ Como convencer os órgãos públicos de fiscalização financeira de que as pequenas e modestas instituições culturais, geralmente localizadas na periferia urbana e no interior, não têm condições de manter mecanismos contábeis adequados para atender às inúmeras exigências dos complicados processos de prestação de contas de recursos financeiros recebidos para apoiar suas programações? Estabelecendo ritos sumários com base no valor do projeto? De qualquer forma, como agilizar os mecanismos operacionais de apoio financeiro a atividades culturais em geral?

3. Quais as medidas concretas que poderiam ser propostas para reforçar os orçamentos públicos da área? E como encaminhar a questão do relacionamento das agências de fomento com as empresas públicas e privadas que desejam promover-se na área?
4. Quais os mecanismos de interação que poderiam existir entre agências de fomento e sindicatos com o objetivo de fortalecer as reivindicações dos artistas nacionais? E qual o papel das agências de fomento no que diz respeito à questão do direito autoral?
5. Como equacionar a questão da ação nacional em nível geográfico das agências de fomento? Como equilibrar a pressão do eixo Rio-São Paulo pela distribuição de recursos, já que aí se encontram os grupos mais organizados e ativos, as demandas mais articuladas e fortes, a maior cobertura da imprensa, e maior repercussão política dos projetos culturais? Como favorecer as demais regiões do país?
6. Como equacionar a questão da ação nacional das agências de fomento em nível socioeconômico? O que fazer com os projetos elitistas de alto custo, como os de ópera? Como apoiar, sem dirigir, as manifestações artísticas da população de baixa renda das periferias urbanas e da zona rural? Como evitar a tentação de levar pacotes culturais pré-fabricados a essas populações?
7. Como convencer os órgãos públicos de fiscalização financeira de que as pequenas e modestas instituições culturais, geralmente localizadas na periferia urbana e no interior, não têm condições de manter mecanismos contábeis adequados para atender às inúmeras exigências dos complicados processos de prestação de contas de recursos financeiros recebidos para apoiar suas programações? Estabelecendo ritos sumários com base no valor do projeto? De qualquer forma, como agilizar os mecanismos operacionais de apoio financeiro a atividades culturais em geral?
8. Devem as agências de fomento ater-se ao apoio a projetos culturais específicos, ou devem também apoiar as programações globais de certas instituições culturais? Apoio a projetos ou apoio a instituições? Qual o objetivo final: viabilizar projetos ou fortalecer as instituições culturais da sociedade? E como garantir um fluxo permanente de recursos a bons projetos

ou instituições, garantindo-lhes um mínimo de estabilidade financeira para que possam usar mais?

9. Qual o melhor modelo institucional para os órgãos públicos da área da cultura: centros culturais integrados ou agências de fomento? Os centros culturais, como os de São Paulo e João Pessoa, concentram uma enorme quantidade de recursos financeiros e humanos. É altíssimo o custo da construção, manutenção e operação. Como os orçamentos são em geral reduzidos, pouco resta para outras iniciativas. Além disso, os centros culturais, sendo fisicamente fixos, exigem que o público vá até eles, ao passo que as agências de fomento podem, ao contrário, ir até o público, apoiando assim as iniciativas culturais em suas origens, em seus lugares próprios. E também funcionam a muito mais baixo custo. Não será o centro cultural um modelo adequado apenas para países ricos, que não deveria ser precipitadamente importado por quem não pode sustentá-lo?
10. Devem as agências de fomento ter projetos culturais próprios de execução direta, ou devem ater-se a projetos de terceiros? Ou a projetos próprios de execução delegada? Em que medida a existência de projetos próprios acaba dirigindo para a folha de pagamento do amplo quadro de pessoal, necessário para a sua execução, parcela desmedida do orçamento dessas agências? Em que medida os projetos próprios concorrem em desigualdade de condições com os projetos de terceiros? E em que medida eles acirram as disputas interburocráticas por recursos? Seria razoável pensar na criação, em nível federal, de um grande Banco Nacional de Desenvolvimento Cultural (a exemplo do BNDE), com carteiras especializadas nas diversas áreas culturais (cinema, teatro, música, etc.), ou seria isto uma fantasia tecnocrática? Como recrutar, para os quadros das agências de fomento, pessoas afetivamente ligadas ao processo cultural, como artistas, se essas agências não possuem projetos próprios? O recrutamento não acabaria por ser apenas de burocratas?
11. Como fazer com que a clientela preferencial das agências de fomento sejam instituições privadas da sociedade civil, e não, como ocorre hoje, os próprios órgãos do Estado? Como diminuir o peso das demandas de órgãos federais, inclusive universidades, e de órgãos

estaduais e municipais, como secretarias e fundações culturais, na repartição dos orçamentos da área?

12. Devem as agências de fomento apoiar financeiramente as instituições privadas com fins lucrativos, ou seria melhor que se restringissem às que não possuem tais fins? Estaria superado o modelo artesanal do processo cultural? Em que áreas? Como se posicionar em face da indústria cultural? Entrando diretamente na competição, como no caso da Embrafilme, ou cuidando de abrir espaços alternativos ao mercado, como no caso da Funarte? Qual a melhor estratégia para multiplicar os pólos de produção e os sistemas de distribuição alternativos de bens culturais?
13. Como fazer para que os programas de apoio a eventos culturais (espetáculos, concertos, shows, etc.) não acabem por dominar o trabalho das agências de fomento? Como reorientá-las para a promoção de condições materiais permanentes para a atividade cultural? Como evitar o eventual, o efêmero, o vistoso mas inseqüente, o projeto que não deixa raízes? Como evitar que as agências de fomento se transformem em gerências de "show-business"? E como traçar a linha de fronteira entre atividades culturais e atividades turísticas? Quem deve financiar os chamados "festivais de arte": as agências culturais ou a Embratur?
14. O que fazer na área do "folclore"? Apenas documentar, por meio de pesquisas, arquivos, bibliotecas, concursos, edição de livros e discos, ou também apoiar, financeiramente os grupos diretamente envolvidos em tais manifestações? Isto "descaracterizaria" o fenômeno? Será razoável o tratamento museológico do folclore? Será razoável que os institutos de folclore queiram transformar-se em novos centros de pesquisa antropológica? E quais as relações entre o folclore e a cultura popular?
15. Qual o papel a ser desempenhado pela agências de fomento no que diz respeito à dimensão externa da política cultural? Qual o relacionamento adequado, por exemplo, entre o MEC e o Itamaraty? Qual dos dois ministérios deve cuidar da representação do País em atividades culturais no exterior? Quem decide o quê?

- 16.** Finalmente, como organizar procedimentos sistemáticos de avaliação dos resultados concretos da política cultural? Como medir os custos (diretos e indiretos) e os benefícios (diretos e indiretos, reais e simbólicos, a curto e longo prazo) da política cultural? E como fazer para que os resultados dessas avaliações sejam efetivamente incorporados ao processo decisório de novas políticas, impedindo assim que se transformem em relatórios técnicos cuidadosamente guardados nas prateleiras de um arquivo morto?

Conclusão

Iniciei esta comunicação chamando a atenção para a baixa visibilidade das políticas públicas na área cultural, e para a necessidade de fomentar debates políticos e pesquisas acadêmicas sobre o assunto. Destaquei, em suma, a importância de que a política cultural seja incluída explicitamente na agenda pública do processo de democratização. E apresentei, a seguir, uma listagem de várias questões pertinentes, procurando, dentro do limite do tempo disponível, abordar problemas bastante concretos, ainda que de forma sumária.

Creio que a curto prazo será possível verificar se as indagações aqui formuladas são reais ou fantasiosas. Digo a curto prazo porque me parece inevitável que as novas lideranças que aparecerão a partir das eleições de 15 de novembro tenham de enfrentar, em seus respectivos níveis de influência e decisão, os problemas postos pela formulação e implementação de políticas culturais. Serão repetidas as mesmas soluções vigentes para os problemas apontados? Serão novas as soluções? Ou serão outros os problemas e as prioridades?

Mas qualquer que venha a ser o panorama político pós-eleitoral, e a maior ou menor ênfase que dele resulte para a política cultural, o certo é que pelo menos a área acadêmica não pode mais postergar a realização de pesquisas e estudos concretos sobre o assunto, sob pena de continuar a repetir, enfadonhamente, postulados teóricos sobre Estado e Cultura por demais conhecidos de qualquer razoável aluno de graduação de Ciências Sociais. Esse nível genérico e consensual de discussão, tão hegemônico quanto a cultura hegemônica

que ele pretende denunciar..., já disse o que tinha a dizer. Esgotou-se. Já há, agora, condições materiais e políticas para que se renove - se para tanto houver engenho e arte.